

# Caso de polícia

09 AGO 1996

08076 0

Economia

Brasil

EDUARDO GRAEFF

— Primeiro, deixa o capitalismo selvagem correr solto; depois, chama o xerife.

O pensamento, se a memória não falha, é do deputado Delfim Netto, então ministro da Economia, nos anos 70. Combina com outro do mesmo autor, na mesma época: deixa o bolo da economia crescer, para dividir depois.

Quem chamou o xerife outro dia foi o deputado José Genoino.

Precisamos reformar o sistema fiscalizatório — disse ele, indignado com a incapacidade do poder público de impedir tragédias como a da hemodiálise em Caruaru, das clínicas de idosos do Rio, do shopping em Osasco.

Não deixa de ser engraçado Genoino querendo reformar o “sistema fiscalizatório” do mesmo Estado que há 20 anos ele queria derrubar.

Ele tem razão, claro.

Não há quem não tope todo dia com os sinais da deterioração do poder de polícia do Estado brasileiro. Suponho que é isso que Genoino entende por “sistema fiscalizatório”: a ação dos fiscais propriamente ditos e da polícia, dos tribunais e das prisões que são a retaguarda necessária da autoridade dos fiscais.

Nem Estado mínimo, nem máximo — apenas um Estado fraco. Para quem vê de dentro, tanto ou mais do que para quem sofre as consequências de fora, esta é a realidade preocupante da máquina pública exaurida pela crise fiscal, desconjuntada pela descentralização anárquica que marcou o fim do regime militar, engessada pela Constituição de 1988, minada pelo clientelismo e o corporativismo.

Esgotada como alavanca do desenvolvimento econômico, incapaz de cuidar do bem-estar da maioria da sociedade, essa máquina, em certos lugares e momentos, vê posto em xeque seu monopólio do uso legítimo da força, que é o atributo elementar de qualquer forma de Estado. Na velha visão carbonária da esquerda, os sinais de fraqueza do “aparelho repressivo da burguesia” poderiam ser alvissareiros — o começo do fim da ordem capitalista.

Na realidade, a fraqueza do Estado, ao contrário de esperança, causa medo e indignação ao povo, tanto ou mais que às elites. É o povo que com mais aflição chama o xerife — uma autoridade qualquer que seja dura e justa, mas sobretudo acessível — e paga caro quando o xerife não vem ou, pior, vem e apronta.

“Lei e ordem” — combate ao crime e à corrupção — típicas bandeiras da classe média udenista ou janista dos anos 60, vieram ideologia popular no Brasil dos 90.



A frase célebre de Washington Luiz — “A questão social é um caso de polícia” — ganha um sentido novo e invertido neste contexto: polícia, não para reprimir, mas para “proteger e servir” ao povo, como os americanos gostam de acreditar.

Essa ideologia é de direita ou de esquerda? “Neoliberal” ou “social”?

O povo não está nem aí. Como no provérbio chinês, não lhe importa a cor do gato, desde que ele cace o rato.

Mas a questão é relevante. Na verdade ela pode ir para os dois lados.

Se a deterioração da máquina pública continuar, diante da nossa incapacidade ou falta de vontade de realizar as reformas reclamadas por Genoino, vai fatalmente alimentar a sensação de que a prepotência é um mal menor do que a de-

sordem. Será um forte impulso para que o autoritarismo latente na sociedade e no próprio Estado volte a ter uma expressão importante na política brasileira.

Se conseguirmos avançar democraticamente com as reformas, o ideal da igualdade perante a lei poderá se firmar como conquista de uma cidadania incipiente, mas alta.

Eu aposto na segunda opção. Genoino, com certeza, também aposta.

O ministro Delfim Netto também tinha razão, afinal. O desenvolvimento capitalista do Brasil engendrou forças — resumidamente, massas urbanas com pouco ou nenhuma vinculação aos esquemas tradicionais de dominação social e política — que hoje tendem, não propria-

mente a confrontar, mas a enquadrar nos limites da lei e do interesse da maioria tanto a ação do Estado como o instinto selvagem do lucro privado.

Pela mesma razão, distribuir renda tornou-se uma idéia, não apenas justa, mas possível — graças aos patamares crescentes de produtividade da economia — é necessária — em função dos níveis declinantes de conformismo das massas.

A social-democracia européia fez da crítica ao Estado *gendarme* liberal-oligárquico, voltado basicamente para a manutenção da lei e da ordem, o ponto de partida para a construção do Estado de bem-estar, voltado para a elevação do nível de vida da base da sociedade.

Mas não há política distributiva que

funcione sem Estado capaz de impor obediência à lei com a universalidade necessária para, no mínimo, cobrar imposto do rico e garantir os direitos iguais ao pobre.

Obviamente isto não é tudo para que haja efetiva igualdade de oportunidades. Mas é um começo necessário.

Por isso a social-democracia brasileira — ou que outro nome se queira dar a esse movimento de reformas — tem que cuidar das duas coisas: manter um Estado-policia que inspire respeito e, ao mesmo tempo, lançar as bases de um verdadeiro Estado de bem-estar.

EDUARDO GRAEFF é sociólogo e subchefe para Assuntos Parlamentares da Presidência da República.